Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni - Dezembro de 2017

EDUCAÇÃO INFANTIL: A cultura africana e afro-brasileira e seus reflexos na desconstrução de práticas racistas

Carine Jovenata Schultz [1]; Rivani Lopes Negreiros[2]; Jaceline Mendes de Almeida[3].

Resumo

Por meio deste artigo pretendeu-se analisar o estudo da cultura africana e afro-brasileira no currículo da educação infantil como possibilidade de incentivar o respeito à diversidade cultural e a desconstrução de práticas racistas. Estudar a cultura africana e afro-brasileira na Educação Infantil fundamenta-se na ideia de que é nessa fase que o indivíduo começa a desenvolver a personalidade e também em atenção aos Parâmetros Curriculares Nacionais num momento de busca pela democratização do ensino e valorização da diversidade, além do incentivo para o sentimento de apropriação cultural. Refletiu-se sobre a história africana e sua contribuição para a cultura afro-brasileira tendo a educação infantil como foco de trabalho evidenciando sua importância para que as crianças tenham conhecimento de sua cultura, emponderem da sua brasilidade e desconstruam práticas racistas. Ficou contemplado no trabaho uma análise sobre a migração compulsória do africano para o Brasil e a distribuição deste contingente populacional no território brasileiro. Daí desenvolveu-se um tópico para compreender a cultura afro-brasileira e maneiras de serem apresentadas na escola na etapa da educação infantil. Considerou-se que a diversidade cultural no Brasil mostra cada vez mais de forma contundente a necessidade de um debate sobre as relações étnico-raciais dentro da escola, uma vez que é nesse espaço que a criança se torna conhecedora de sua cultura e de sua história. A metodologia usada foi uma abordagem qualitativa com revisão de literatura de autores como Visentini (2013), Pinski (2010), Fausto (2012), Couto (2009), Amorim e Paladino (2012), Brasil (2013), entre outros

Palavras - chave: Educação Infantil. Cultura africana. Afro-brasileira. Diversidade cultural.

Abstract

This article intends to analyze the study of African and Afro-Brazilian culture in the curriculum of children's education, as a possibility to encourage respect for cultural diversity and the deconstruction of racist practices. To study the African

[1] Acadêmica do 7º período do Curso de Pedagogia da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni. E-mail: carinejovenata@gmail

[2] MSc. em Ciências da Educação Superior, especialista em História Econômica e Sociologia, graduada em História, Ciências Sociais e Direito. Professora na Faculdade Presidente Antônio Carlos – Teófilo Otoni. E-mail:rivaninegreiros@bol.com.br

[3] Professor(a) na Faculdade Presidente Antônio Carlos – Teófilo Otoni. E-mail: jacelinemendes@zipmail.com.br

and Afro-brazilian culture in Infant Education, based on the idea that it is in this phase, that the individual begins to develop the personality and also in attention to the National Curricular Parameters in a moment of search for the democratization of the teaching and valorization of the diversity, besides the incentive for the sense of cultural appropriation. This was reflected in African history and contributed to the Afro-brazilian culture, obtaining child education as the focus of work and its importance for children to know their culture, take possession of their Brazilian origin and deconstruct racist practices. It is clear in this article an analysis on the compulsory migration of Africans to Brazil and the distribution of this contingent of population in the Brazilian territory, developing a topic to understand the Afro-Brazilian culture and the forms of presentation in the school in the stage of the infantile education. It was considered that cultural diversity in Brazil, showing the need for a debate on ethnicracial relations within the school, since it is in this space that the child knows its culture and its history. The methodology used was a qualitative approach with literature review of authors such as Visentini (2013), Pinski (2010), Fausto (2012), Couto (2009), Amorim e Paladino (2012), Brazil (2013), among others.

Keywords: Child education. African culture. Afro-Brazilian. Cultural diversity

1 Introdução

Esse artigo envolve um estudo sobre a Educação Infantil: a cultura africana e afro-brasileira e seus reflexos na desconstrução de práticas racistas e foi desenvolvido considerando a obrigatoriedade do assunto nos Parâmetros Curriculares Nacionais sobre as etnias e questões raciais e também pela função social, pois é importante o brasileiro se desenvolver conhecendo sua própria história sem preconceitos com sua cultura e seus semelhantes.

Estudar a cultura africana e afro-brasileira na Educação Infantil é necessário, pois é nessa fase da vida que o indivíduo começa a desenvolver a sua personalidade e é no espaço escolar que a criança se torna conhecedora de sua cultura e de sua própria história.

O objetivo desse artigo consiste em analisar o estudo da história da África e da cultura afro-brasileira no currículo da Educação Infantil como possibilidade de incentivar o respeito à diversidade cultural e a desconstrução de práticas racistas.

Em atenção ao objetivo proposto levantou-se a pergunta problema: Como o estudo da história da África e da cultura afro-brasileira, na Educação

Infantil, pode contribuir para o reconhecimento dos valores culturais de matriz africana no Brasil, e possibilitar o reconhecimento das diferenças desconstruindo práticas racistas?

O artigo foi desenvolvido a partir de uma reflexão sobre a história africana e sua contribuição para a cultura afro-brasileira tendo a educação infantil como foco de trabalho e de como é importante que as crianças nessa idade tenham conhecimento de sua cultura a fim de proporcionar um empoderamento da cultura e possibilitar a desconstrução de práticas racistas. Na sequência ficou contemplado neste artigo uma análise sobre a migração compulsória do africano para o Brasil e a distribuição deste contingente populacional no território brasileiro. Daí desenvolveu-se um tópico para compreender a cultura afro-brasileira e as maneira de serem apresentadas na escola na etapa da educação infantil. Considerou-se que a diversidade cultural no Brasil mostra cada vez mais e de forma contundente a necessidade de um debate sobre as relações étnico-raciais dentro da escola, uma vez que é nesse espaço que a criança se torna conhecedora de sua cultura e de sua história.

A metodologia usada foi uma abordagem qualitativa com uma revisão de literatura de autores como Visentini (2013), Pinski (2010), Fausto (2012), Couto (2009), Amorim e Paladino (2012), Brasil (2013), entre outros.

2 História e Cultura Africana

Quando se fala em África é muito comum associar a um continente sofrido, cheio de miséria, dor e pobreza. Porém essa premissa contém equívocos, pré-noções e preconceitos decorrentes da falta de conhecimento sobre a história do continente africano e às suas gentes, e isso decorrente de um “olhar imperial” ligado à cultura europeia.

> Pela ocultação da complexidade e da dinâmica cultural própria da África, torna-se possível o apagamento de suas especificidades em relação ao continente europeu e mesmo ao americano. Quanto às diferenças, são tratadas segundo um modelo de organização social e política, bem como de padrões culturais próprios da civilização européia. Em outros termos:

> aproximando por analogia o desconhecido ao conhecido considera-se que a África não tem povo, não tem nação nem Estado; não tem passado, logo não tem história. (HERNANDEZ, 2008, p. 18)

Visentini, *et. al* (2013), diz que tratar a África como primitiva é uma ideia racista imposta para descaracterizar a identidade do continente e assim facilitar o controle sobre o mesmo. O autor ainda afirma que nenhuma dessas imposições pode apagar a história do mais antigo continente do mundo que tem em sua composição uma nação pluriétnica e das mais variadas identidades.

A África é considerada o berço da humanidade, pois foi nesse continente que historiadores encontraram no Vale Da Grande Fenda, os primeiros fósseis humanos, portanto há que se considerar a existência de uma cultura milenar.

> O Vale da Grande Fenda é como uma enorme cicatriz na crosta da terra, ao leste do continente africano. Trata-se de uma grande depressão, caracterizada por vulcões extintos ou inativos e lagos tectônicos, que iniciam no norte de Israel e termina nos lagos da África. Os fósseis mais antigos de nossos ancestrais foram encontrados nesse Vale, formação que atravessa a Etiópia, o Quênia e a Tanzânia. Milhões de anos depois, o Homo erectus teria partido dessa região para povoar a Ásia e a Europa, onde se transformou no homem de Neandertal. Os que continuaram na África evoluíram para a espécie Sapiens, que mais uma vez migrou para as mais diversas regiões do planeta. (MELO, *et. al,* 2010, p. 28 e 29)

Daí faz-se necessário que se compreenda a África como um continente que foi o berço da humanidade e que embora apresentando uma diversidade geográfica que no caso das áreas desérticas gera empecilhos para o desenvolvimento econômico, não se pode pensar em uma África sem história e sem identidade.

Conforme Nascimento (2008), o estudo da África não pode ser compreendido como uma forma de voltar ao passado, mas sim como um critério para construir a própria identidade, de forma a perpetuar a importância da própria cultura e oferecer aos descendentes desse continente sofrido um mundo e uma vida melhor.

Mia Couto, um escritor Moçambicano, chama a atenção para estudos com novos olhares sobre a África, uma desconstrução de um pensar a África folclorizada:

> Os que pensam, na verdade, não pensam. Para os que pensam a África, a ideia já está formada. Acham que já sabem. Que seja por uma romantização de esquerda ou direita. A África que existe na cabeça da maioria das pessoas é folclorizada, idealizada. É uma África que não existe. E os próprios africanos assumiram essa imagem. Acredita-se que a África é assim não por questões históricas, mas por uma espécie de genética do continente. (COUTO, 2009, p. 1)

2.1 Da África ao Brasil

Amorim e Paladino (2012) reportam que a cultura secular e ágrafa dos povos africanos permanece mesmo com a ocupação portuguesa em seu território e que o português, ao ocupar outros territórios como, por exemplo, o Brasil, levou para esse país a cultura africana.

> Ainda nos estudos das autoras acima destaca-se que “No Brasil colonial, a cultura portuguesa do colonizador, a cultura africana e a cultura indígena foram os pilares da constituição do caráter brasileiro. (AMORIM E PALADINO, 2012, p. 11)

O Brasil é um país que apresenta grande diversidade étnica, um dos povos que muito contribuiu para a formação do povo brasileiro foi o africano que já se faz presente no território nos primórdios da colonização.

Marquese (2006) refere ao interesse pelo africano no Brasil ao considerar que este povo já havia sido submetido ao trabalho compulsório para a coroa portuguesa no fabrico do açúcar nas ilhas da Madeira e São Tomé. Sendo o Brasil, colônia de Portugal e com vasta área com clima e solo apropriado para a plantação da cana-de açúcar, o português já em 1530 estimula a produção açucareira no Brasil, embora isto vá se edificar a partir de 1570 com a utilização da mão de obra africana.

> Até os anos 1570, os colonos encontraram grandes dificuldades para fundar em bases sólidas uma rede de engenhos no litoral, como problemas com o recrutamento da mão-de-obra e falta de capitais para financiar a montagem dos engenhos. Ao serem superadas tais dificuldades, com atrelamento da produção brasileira aos centros mercantis do Norte da Europa e articulação do tráfico de escravos entre África e Brasil, tornou-se viável o arranque definitivo da indústria de açúcar escravista da América portuguesa, o que ocorreu entre 1580 e 1620, quando o crescimento acelerado da produção brasileira ultrapassou todas as outras regiões abastecedoras do mercado europeu. (MARQUESE, 2006, p.1).

Embora a montagem do engenho no Brasil, tenha a princípio utilizado a mão de obra indígena, Marquese (2006) aponta que foi em meados do século XVI que os primeiros escravos africanos começaram a ser importados.

> Ao mesmo tempo, os portugueses aprimoravam o funcionamento do tráfico negreiro transatlântico, sobretudo após a conquista definitiva de Angola em fins do século XVI. Os números do tráfico bem o demonstram: entre 1576 e 1600, desembarcaram em portos brasileiros cerca de 40 mil africanos escravizados; no quarto de século seguinte (1601-1625), esse volume mais que triplicou, passando para cerca de 150 mil os africanos aportados como escravos na América portuguesa, a maior parte deles destinada a trabalhos em canaviais e engenhos de açúcar. (Schwartz, Stuart, 1988, p. 22 a 73 *apud* Marquese, 2006, p. 1)

O interesse pelo africano no Brasil significou a apropriação da mão de obra de forma compulsória para ser utilizada a princípio nos engenhos e uma visão capitalista mercantil visando lucro com a venda dos africanos escravizados.

Conforme Baker (2006), o comércio de escravos foi responsável por inúmeras transformações nas sociedades africanas. Além do impacto demográfico, e de seus desdobramentos na economia colonial, a migração forçada de milhares de pessoas também foi responsável por transformações políticas nos reinos e potentados que atuavam no fornecimento de escravos para o mercado atlântico. Mas, a questão essencial apresentada aqui é que “O homem deixou de ser um fim em si mesmo para ser um *meio* mercadorizado… um meio, de facto e de direito, para chegar a meios e a fortunas mais amplos”.

2.1.1 Distribuição da população africana no Brasil

Pinski (2010) reporta que a escravidão no Brasil somente aconteceu em decorrência da vinda dos portugueses ao país, que no primeiro momento começou com a escravização do índio que por sua vez foi reduzido de várias maneiras. Muitos nativos foram massacrados, o que causou uma ausência de mão de obra suficiente, obediente e de baixo custo que atendessem às necessidades de produção portuguesa. Foi então que o negro foi trazido para exercitar esse papel degradante.

> Não sabemos exatamente em que data foram introduzidos no Brasil os primeiros escravos africanos. O tráfico negreiro já era intenso nas Índias orientais, e ainda não possuíamos qualquer documento seguro provando a entrada de negros escravos no Brasil. Segundo alguns historiadores, já havia negros trabalhando nos primeiros engenhos de cana de açúcar da Capitania de São Vicente. Julgam outros que a caravela que foi encontrada por Martin Afonso de Souza, na Bahia, em 1531, já se dedicava ao serviço de transporte de escravos. (RAMOS, 2004, p. 27)

Conforme Fausto (2012), entre os anos de 1550 e 1855 cerca de 4 milhões de africanos foram trazidos para o Brasil pelos portos brasileiros. As regiões que mais forneceram escravos no século XVI foram à Guiné (Bissau e Cacheu) e a costa da Mina. A partir do século XVII, as regiões do sul, o Congo a Angola foram os centros exportadores de mais importância, tendo os portos de Luanda, Benguela e Cabina como principais meios de escoamento. No século XVIII os angolanos representaram cerca de 70% dos escravos que foram trazidos ao Brasil.

Fausto (2012) ainda reporta que os grandes centros de importação de africanos escravos foram Salvador e depois o Rio de Janeiro. Os Traficantes baianos usavam o fumo que produziam no Recôncavo como moeda de troca no litoral africano, nas regiões da Costa da Mina, Guiné e ao Golfo de Benim. Já o Rio de Janeiro recebeu escravos advindos de Angola, superando a Bahia

devido à descoberta das minas de ouro, o avanço da economia açucareira e o grande crescimento da cidade. Os africanos chegaram para trabalhar como escravos e com eles vieram os costumes, as religiões, as tradições, uma cultura forte e diferente das que já estavam aqui, vindas dos europeus e dos índios. A união e a mistura de todos esses elementos deram origem à identidade brasileira.

Estudos de Piletti (2007) apontam para a distribuição do africano no Brasil e entende que ocorreu de forma irregular o que gerou uma divisão irregular da população afrodescendente. O que ficou evidente é que lugares como o Nordeste concentrou uma grande população africana, enquanto que regiões como centro-oeste e sul tiveram um contingente migratório de africano menor. Assim, essas diferenças migratórias fazem com que os estados do Norte e Nordeste abriguem a maior concentração de pessoas que se declaram pardas. Os estados de maior concentração da população afrodescendente são Bahia, com 13% de pretos e 61% de pardos, Maranhão com 9,6% e Alagoas com 5 % de pretos e 59,5% de pardos. Depois do Nordeste, a Região Sudeste tem o maior número de afrodescendentes, seguida pelo Centro-Oeste. A Região Sul é a que apresenta uma menor concentração de afrodescentes.

Independente desta distribuição, a cultura afro-brasileira está definida em todo o país, o que gera uma necessidade de compreendê-la melhor e fazer uma divulgação mais significativa nas escolas.

2.2 Cultura Afro-brasileira

Na Antropologia, o conceito de cultura se apresenta como sendo um conjunto de elementos de índole material ou espiritual, organizados de maneira coerente e lógica que inclui os conhecimentos, as crenças, a arte, o direito, os usos e os costumes, e todos os hábitos e aptidões adquiridos pelos homens em sua condição de membros da sociedade (HOEBEL, 2006).

É a partir deste conceito que se orienta para a elaboração deste tópico que se refere à cultura afro-brasileira, pois elementos culturais intrínsecos ao povo africano são visualizados de maneira intensa no cotidiano do povo

brasileiro.

Conforme Hernandes (2008), o Brasil tem a maior população de origem africana fora da África e, por isso, a cultura desse continente exerce grande influência, em todo o país.

No Brasil percebe-se a influência cultural africana a partir de sua religiosidade, trazendo características religiosas africanas às já existentes como o catolicismo, originando assim religiões como o Candomblé e a Umbanda (MATTOS, 2016). O autor ainda cita as influências culinárias e o modo de preparo das refeições. Pratos como o angu, a feijoada, acarajé e a moqueca foram derivados da alimentação dos africanos, bem como a utilização de uma variedade de produtos como o azeite de dendê, a banana, o café, a pimenta malagueta, a abóbora, e o quiabo.

O português falado no Brasil também sofreu muita influência dos africanos e seus descendentes:

> As palavras africanas hoje de nosso uso diário, palavras que não sentimos o menor sabor arrevesado do exótico, são inúmeras... Que brasileiro – pelo menos do Norte – sente exotismo nenhum em palavras como caçamba, canga, dengo, cafuné, lubambo, mulambo, caçula, quitute, mandinga, moleque, camundongo, munganga, cafajeste, quibebe, quengo, batuque, banzo...? Ou acha mais jeito em dizer “mau cheiro” do que “catinga”? Ou “garoto” de preferência a “muleque”? Ou “trapo” em vez “molambo”? São palavras que correspondem melhor que as portuguesas à nossa experiência, ao nosso paladar, aos nossos sentidos, às nossas emoções. (FREYRE, 2006, p. 416, 417).

A influência africana na cultura brasileira também aconteceu na música e na dança. Segundo Mattos (2016), os africanos e seus descendentes aproveitavam as datas comemorativas do catolicismo como o Natal e a Quaresma para realizarem suas manifestações culturais como as danças, os batuques e a capoeira, sendo este último, muito popular entre os brasileiros.

3 Educação Infantil

A Educação Infantil compreende a primeira etapa da Educação Básica e tem a finalidade de desenvolver integralmente crianças de zero a cinco anos nos âmbitos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, sendo um complemento da ação da família e da comunidade. Essa modalidade de ensino é oferecida em regime de cooperação, e organizada em sistemas de ensino da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sendo oferecida em creche e pré-escola. (BRASIL, 2013).

A educação infantil corresponde ao primeiro contato da criança com a sociedade, onde a mesma tem a oportunidade de erigir suas teorias e aprendizagens sobre o mundo do qual está inserida.

Segundo Papalia (2009), o desenvolvimento psicossocial se inicia já nos primeiros anos de vida, tendo ênfase na construção da personalidade na infância e perpassa em todas as etapas da vida. É influenciado pelo contexto histórico e cultural

Isto posto, certifica-se da necessidade de uma educação infantil que venha contribuir de maneira positiva com a formação da criança, e que sejam introduzidos conceitos culturais e de relações sociais que proporcione a harmonia com o outro e o entendimento das diferenças.

3.1 Educação das Relações Étnico-raciais na Educação Infantil

Conforme estudos de Bueno; Estacheski; Crema (2015), a educação infantil tem papel fundamental para o desenvolvimento humano, para a formação da personalidade e para a aprendizagem.

Os autores referem ao ambiente escolar como imprescindível para a criança apreender conceitos e desenvolver atitudes que combatem e eliminem qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação racial, entendendo que quanto mais cedo as crianças sejam incluídas no ambiente escolar e em atividades que contemplem a Lei 10.639/2003, mais cedo estão propensas a compreender e se envolver conscientemente em ações que valorizem a diversidade étnica racial, que se faz presente na formação do povo brasileiro.

> A lei n. 10.639/2003 estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino, tendo como conteúdo programático o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (MELO, 2010, p.14)

Visentini, *et. al* (2013) reporta que a lei 10.639/2003 busca mais do que somente introduzir o estudo da história da África e afro-brasileira no Brasil mas sim incentivar a sociedade brasileira a conhecer mais a fundo a história do continente africano que tanto contribuiu para o desenvolvimento do Brasil e também do mundo, e que esse conhecimento é de suma importância para que se supere estereótipos e preconceitos que ainda vigoram em pleno século XXI.

De acordo com Brasil (2013), a criança aprende e também se desenvolve nas interações e nas relações diárias, com os adultos e crianças de diferentes idades e culturas, possibilitando a construção de seu conhecimento do mundo e sua identidade. Desde cedo elas devem ser mediadas na construção de uma visão plural, com atitudes solidárias, aprendendo a identificar e a combater as mais diferentes formas de preconceito, rompendo com as formas equivocadas de dominação que existem na sociedade e possibilitando a aprendizagem de valores humanos e igualdade de direitos de todas as pessoas sem distinção de raça ou etnia. Em uma educação que proporcione a valorização da diversidade étnico/racial se dá através de uma educação compromissada com uma visão pluriétnica, possibilitando a criação uma relação positiva e apropriação das contribuições histórico-culturais dos afro-descendentes.

> Pedagogias de combate ao racismo e a discriminação elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico/raciais positivas tem como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra... Também farão parte de um processo de reconhecimento, por parte do Estado, da sociedade e da escola, da dívida social que têm em relação ao segmento negro da população, possibilitando uma tomada de posição explícita contra o racismo e a discriminação racial e a construção de ações

> afirmativas nos diferentes níveis de ensino da educação Brasileira. (BRASIL, 2013, p. 502)

Lopes (Org.) (2013), diz que ao lembrar da Declaração Mundial sobre Educação para todos – Tailândia, 1990, Unesco – que coloca em foco os valores, atitudes, conhecimentos e habilidades, que são os quatro conteúdos básicos da aprendizagem, não se pode ainda ter dúvidas da importância e do impacto causado na formação de valores e atitudes das crianças na Educação Infantil. Essa construção de valores dentro de uma política educacional igualitária comprometida com a igualdade racial, não depende somente dos conteúdos e práticas pedagógicas, mas do trabalho conjunto dos professores, funcionários, gestores, familiares, comunidades ao redor das instituições de Educação Infantil e também do Estado.

De acordo com Souza e Croso (2007), uma educação de qualidade vem sendo um motivo de luta de movimentos sociais, organizações civis de governo e gestores ligados de qualquer forma com a questão educacional. Apesar de que a qualidade da educação ser um assunto de diversos entendimentos, se torna assertivo dizer que somente pode ter uma educação de qualidade se esta se fizer para todos sem nenhuma distinção.

> De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a escola é um espaço privilegiado para a promoção da igualdade e eliminação de toda forma de racismo, por possibilitar em seu espaço físico a convivência de pessoas com diferentes origens étnicas, culturais e religiosas. Além disso sua atuação é intencional, sistemática, constante e obrigatória. (CAVALLEIRO, 2001, p. 105)

Cavalleiro (2001) ainda afirma que não se deve continuar a definir a escola como um instrumento de ideologia estatal e nem como um mecanismo para colonizar e modificar a cultura do individuo, mas um local que tenha a responsabilidade de contribuir para a transformação dos processos de exclusão, impulsionando uma ação cultural e política, proporcionando assim uma transformação da sociedade a partir de uma alteração do comportamento e das relações sociais do mesmo. A escola deve auxiliar na vivência de uma

cidadania que se aprende, se ensina e se vive. Favorecendo essa vivência, se pode assegurar e também proporcionar um conhecimento sobre si mesmo no encontro com o outro onde esse encontro possibilita a criação de uma nova visão educativa onde o racismo deixa de ser problema só de quem sofre discriminação para ser um problema de todos. “É tarefa da escola fazer com que a História seja contada a mais vozes, para que o futuro seja escrito a mais mãos.” (CAVALLEIRO, 2001, p. 107)

> Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda pela sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar. (MANDELA, 1990, p. 1)

4 Considerações Finais

O estudo permitiu uma compreensão sobre a história e cultura africana e a necessidade de ampliar os estudos sobre o continente africano e suas particularidades, tendo um cuidado em retirar os conhecimentos de uma África folclorizada, a-histórica, e, compreendendo-a como berço da humanidade, e, portando, com uma história que inclui o progresso da humanidade.

Quando fez-se referência ao estudo da África ao Brasil, os estudos conduziram ao entendimento que mesmo com a ocupação dos portugueses no território africano, a cultura desse povo não foi perdida mas sim distribuída através da ocupação de outros territórios como o Brasil. Os africanos foram trazidos para o Brasil a fim de serem utilizados como forma de mão-de-obra compulsória deixando de ser um ser humano para ser uma mercadoria.

Ao falar sobre a distribuição da população no Brasil verificou-se que aconteceu a partir da escravidão, onde milhões de africanos foram trazidos para servir de mão-de-obra escrava em vários setores como nas minas de ouro e na produção de açúcar, fatores esses que contribuíram para a distribuição irregular dessa população, ficando concentrados no nordeste e sudeste mais do que em qualquer outra região.

Também ficou explícito que no Brasil se concentra a maior população de origem africana fora da África, exercendo assim uma grande influência no dia a dia do povo brasileiro, seja no vestuário, nas religiões, nas danças, comidas e até no idioma, o fato é que a África está bem viva e presente na cultura brasileira.

Considerou-se que a Educação Infantil é a porta de acesso pela qual as crianças de zero a cinco anos tem seu primeiro contato com a sociedade, é ali que a mesma começa a criar e construir seu aprendizado sobre o mundo e onde ela está inserida, desenvolvendo a personalidade e habilidades que irão perpetuar durante toda a sua vida.

Cuidar da educação é valorizar e cuidar das crianças, desenvolvendo práticas educativas que valorizem o respeito às diferenças e à diversidade cultural existente no Brasil. Nenhum outro local é mais propício para o ensino das relações étnico-raciais do que a escola, e mais importante ainda é que esse tipo de educação venha ser presente nos primeiros anos educacionais de um individuo, pois a Educação Infantil proporciona ao aluno à construção de sua identidade e a construção do conhecimento de mundo.

Através desse estudo foi possível responder à pergunta diretriz, ficando claro e evidente que o estudo da história africana e a cultura afro-brasileira, na Educação Infantil, contribui para o reconhecimento dos valores culturais de matriz africana no Brasil e possibilita o reconhecimento das diferenças culturais, desconstruindo práticas racistas.

Também ficou clara a importância de se estudar a história e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil, pois nessa fase a criança aprende e se desenvolve no contato com outras pessoas e culturas. Nesse sentido é importante que a criança seja guiada para a construção de uma visão plural histórica, que proporcione um melhor conhecimento da própria cultura, aprendendo a identificar e combater todas as formas de preconceito, tendo na escola um auxílio para a construção da cidadania e a criação de uma nova visão tão pluriétnica quanto o país em que se vive.

É preciso diminuir o abismo que ainda existe entre o “Brasil da legalidade” e o “Brasil real”, para que assim seja possível a educação de

indivíduos atuantes dentro de uma sociedade multicultural e pluriétnica e que sejam aptos para construir uma nação verdadeiramente democrática.

Referências

AMORIM, Claudia; Paladino, Mariana. **Cultura e Literatura africana e Indígena.** Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2012. 180 p.

BAKER, Houston. **A modernidade e a ruptura transatlântica: Uma reflexão sobre o comércio de escravos.** Tradução de João Paulo Moreira.RevistaCrítica de Ciências sociais, 2016. http://rccs.revues.org/927. Acesso em 22 de setembro de 2017.

BUENO; André; ESTACHESKI, Dulceli; CREMA, Everton. **Pensando amanhãs:** Falando sobre o ensino de História. Rio de Janeiro/União Vitória: Edição Especial, Sobre Ontens, 2015. https://books.google.com.br/books?id=eAQaDgAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=Pensando+amanh%C3%A3s:+falando+sobre+o+ensino+de+Hist%C3%B3ria&hl=pt-BR&sa=X&redir_esc=y#v=onepage&q=Pensando%20amanh%C3%A3s%3A%20falando%20sobre%20o%20ensino%20de%20Hist%C3%B3ria&f=false. Acesso em 30 de setembro de 2017.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562 p.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001. 213 p.

COUTO, Mia. **A África que existe na cabeça das pessoas é folclorizada.** Entrevista ao Globo Notícias, 2009. http://g1.globo.com/Noticias/PopArte/0,,MUL1207946-7084,00.html. Acesso em 29 de setembro, 2017.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2. ed. 5. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. 324 p.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. 51. ed., 7 Reimpr. São Paulo: Global Editora, 2013. 719 p.

GOMES, Eugenio Maria. **Sem data de validade**. V. 2. 1. ed. Rio de Janeiro: Albatroz, 2016. 96 p.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea.** 4. Ed.São Paulo: Selo Negro, 2008. 678 p.

HOEBEL, E. Adamson. **Antropologia Cultural e Social.** Tradução de Euclides Carneiro da Silva. São Paulo: Cultrix, 2006.

MANDELA, Nelson. **"67 citações impressionantes por Nelson Mandela"**. A cor da Cultura, 2013. Disponível em http://www.acordacultura.org.br/artigos/06122013/67-citacoes-impressionantes-por-nelson-mandela. Acesso em 16 de out. 2017.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **A dinâmica da escravidão no Brasil.** Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. Novos estud. - CEBRAP no. 74 São Paulo Mar. 2006. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101 33002006000100007&script=sci_arttext. Acesso em 22 de setembro de 2017.

MATTOS,Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. 2. ed. 5 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016. 217 p.

MELO, Elisabete; BRAGA, Luciano**. História da África e afro-brasileira**: em busca de nossas origens. São Paulo: Selo Negro, 2010. 123 p.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **A matriz africana no mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008. Recurso digital (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira; 1) 267 p.

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano.** Traduzido por Carla Filomena Marques Pinto Vercesi. 10. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2009. 889 p.

PILETTI, Nelson. **Sociologia da educação.** 6. Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

PINSKI, Jaime. **A escravidão no Brasil**. Jaime Pinski. 21. ed.São Paulo: Contexto, 2010 – (Repensando a História). 96 p.

RAMOS, Arthur. **A mestiçagem no Brasil**. Maceió: edUFAL, 2004 (Coleção Nordestina). 179 p.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos.** Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, pp. 22-73

SOUZA. Ana Lucia Silva; Croso, Camila. **Igualdade das relações étnico-raciais na escola:** possibilidades e desafios para a implementação da lei 10.639/2003. São Paulo: Peirópolis: Ação Educativa, Ceafro e Ceert, 2007. 93 p.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos Africanos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 240 p.